



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

RELATÓRIO

## PARLAMENTO DOS JOVENS

Edição 2009/2010

### **1. Nota Prévia**

O presente relatório foi elaborado considerando-se, nomeadamente:

- As informações recolhidas junto dos Deputados dos vários Grupos Parlamentares, envolvidos nas Sessões do Parlamento dos Jovens, edição de 2009/2010;
- O contributo informativo da Coordenação do Programa;
- A experiência, a partilha e o debate que a Relatora teve nas diversas fases do Programa, nomeadamente com os jovens, professores, Deputados e com a Coordenadora do Programa Dr.<sup>a</sup> Maria José Afonso;
- A avaliação da edição de 2009/2010, pela Consultora Julieta Sampaio;
- Relatório de Avaliação da Edição 2009/2010, elaborado pela Equipa Parlamento dos Jovens; e
- Propostas/Iniciativas a desenvolver na edição 2010/2011, elaborado pela Equipa do Parlamento dos Jovens.

### **2. Introdução**

O Programa “ Parlamento dos Jovens” é uma iniciativa anual da Assembleia da República, dirigida aos jovens dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, que culmina com a realização de duas Sessões Nacionais na Assembleia da República. Criado em 1995, pela então Deputada Julieta Sampaio, designava-se na época “Parlamento das Crianças e dos Jovens”.

**O Parlamento dos Jovens tem como principais objectivos:**

- Incentivar o interesse dos jovens pela participação cívica e política;



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### Comissão de Educação e Ciência

- Sublinhar a importância da sua contribuição para a resolução de questões que afectam o seu presente e futuro individual e colectivo, fazendo ouvir as suas propostas junto dos órgãos do poder político;
- Informar sobre o significado do mandato parlamentar e o processo de decisão da Assembleia da República, enquanto órgão representativo de todos os cidadãos portugueses;
- Incentivar as capacidades de argumentação na defesa das ideias, com respeito pelos valores da tolerância, da cidadania activa e da formação da vontade e do respeito pela maioria.

O Regimento do Parlamento dos Jovens inspira-se nas regras de funcionamento da Assembleia da República, respeitando a autonomia dos jovens em todas as fases do processo, desde a eleição dos seus representantes, desde a Escola até à Sessão Nacional. Os regulamentos do programa para o básico e secundário são semelhantes, registando-se a principal diferença no processo de constituição da Mesa de cada Sessão, com maior autonomia dos jovens do secundário na condução dos trabalhos.

#### **Os temas escolhidos para a edição deste ano foram:**

- (i) «Educação Sexual» para o Ensino Básico; e**
- (ii) «A República» para o Ensino Secundário.**

Cabe a Comissão Parlamentar de educação e Ciência definir as orientações do Programa cuja execução se desenvolve em parceria com o Ministério da Educação, através das Direcções Regionais de educação, o Instituto Português da Juventude I.P., através das suas Direcções Regionais, e as Regiões Autónomas, através das Direcções Regionais de Educação e Juventude. A Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas apoia a participação dos jovens portugueses nos círculos da Europa e fora da Europa. O Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal patrocina o concurso Euroescola, em articulação com o Programa do Ensino Secundário. Assegurando a coordenação do Projecto uma Equipa, cuja Coordenadora é a Dr.ª Maria José Afonso.

### **3. Desenvolvimento e Execução do Programa 2009/2010**

O Programa organiza-se em três fases distintas comuns às suas duas vertentes: Ensino Básico e Ensino Secundário, distribuídas por uma primeira fase, a Sessão Escolar, desenvolvida localmente nas escolas, uma segunda fase, a Sessão



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

Distrital/Regional, por norma em capitais de distrito e a terceira fase, a Sessão Nacional, a ter lugar na Assembleia da República.

**Na edição do presente ano, participaram 725 escolas, registando-se 403 escolas do Ensino Básico e 322 escolas do ensino secundário, participando desde a Sessão Escolar 3519 turmas.**

O mapa seguinte, elaborado pela Equipa Parlamento dos Jovens (EPJ) é representativo do aumento da participação das Escolas e Jovens entre a actual edição (2009-2010) e a edição anterior (2008-2009):

**Quadro referente à participação de Escolas e jovens entre 2009 e 2010**

| Elementos considerados/fases programa   | Básico      |             | Secundário  |             | Totais<br>B+S | Totais<br>B+S |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|---------------|---------------|
|   | <u>2009</u> | <u>2010</u> | <u>2009</u> | <u>2010</u> | <u>2009</u>   | <u>2010</u>   |
| Escolas participantes   | 352         | 403         | 290         | 322         | 642           | 725           |
| Turmas envolvidas   | 1542        | 1893        | 1471        | 1626        | 3013          | 3519          |
| Alunos participantes nas listas eleitorais                                      | 11760       | 11959       | 7480        | 8376        | 19240         | 20335         |
| Votantes nas eleições para as Sessões Escolares                                 | 76591       | 93212       | 49215       | 55319       | 125806        | 148531        |
| Deputados eleitos para as Sessões Escolares                                     | 6806        | 8289        | 5000        | 5472        | 11806         | 13761         |
| Alunos participantes nas Sessões Distritais/Regionais, eleitos nas S. Escolares | 1248        | 1352        | 1079        | 1158        | 2330          | 2510          |
| N.º de Escolas eleitas para a Sessão Nacional                                   | 64          | 65          | 64          | 65          | 128           | 130           |
| Alunos eleitos para a Sessão Nacional   | 128         | 130         | 128         | 130         | 256           | 260           |



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### Comissão de Educação e Ciência

De acordo com o Relatório da Equipa do Parlamento dos Jovens (EPJ), esta evolução ao nível da participação das Escolas teve vários factores, dos quais se destacam:

- a) “A participação e a eficácia das Equipas de Apoio às Escolas, sob a coordenação das Direcções Regionais de Educação, cujas acções junto das Escolas muito contribuíram para a forte adesão das mesmas ao programa”;
- b) “O entendimento por parte das DRE e do IPJ de que a aposta numa forte colaboração a nível distrital se traduzia no aumento das probabilidades do sucesso do programa, porquanto a proximidade destes parceiros com as Escolas e o conhecimento do meio envolvente muito contribuiu para uma adequada articulação de procedimentos indispensáveis à realização das acções a desenvolver no decorrer das várias fases do programa”.
- c) “O número de Técnicos do IPJ e das Equipas de Apoio às Escolas – próximo de cem - que no contacto directo com os Professores resolveram muitas dificuldades práticas, apoiaram a execução dos objectivos do programa e zelaram pelo cumprimento dos prazos estabelecidos”.
- d) “O reconhecimento, por parte das Escolas, do interesse pedagógico do programa e do respectivo contributo para o desenvolvimento de competências dos alunos, designadamente ao nível da expressão oral, capacidade de argumentação e aprendizagem sobre as regras da democracia”.

Sobre a **Participação das Escolas dos círculos da Europa e Fora da Europa**, assinala-se apenas a participação de uma Escola do círculo Fora da Europa – A Escola Portuguesa de Macau, o que poderá vir a justificar, segundo proposta do Relatório EPJ “uma iniciativa especial e concertada com a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas no sentido de uma maior divulgação do programa, acautelando-se contudo algumas regras para a selecção, no caso de aparecerem várias candidaturas, considerando as despesas inerentes à deslocação”.

A respeito do **Calendário do programa nas sessões do Básico e Secundário**, cumpre salientar que, “foi cumprindo integralmente as acções fixadas para as várias fases do programa e dos prazos estabelecidos para cada uma delas. Houve nesta edição uma planificação estruturada com base no calendário lectivo, afastando coincidência de datas de testes intermédios do ensino secundário com as Sessões Distritais e com a Sessão Nacional, agendando-se designadamente a Sessão Nacional



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### Comissão de Educação e Ciência

do Secundário em primeiro lugar, contrariando o que vinha sendo habitual acontecer em edições anteriores”.

Todas as Fases são acompanhadas e participadas pelos Deputados da Comissão Parlamentar da Educação e Ciência, a que se juntam Deputados de outras Comissões Parlamentares, eleitos pelos Círculos Eleitorais respectivos.

A Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, na primeira reunião realizada a 17 de Novembro de 2009, deliberou sobre a definição de critérios e a metodologia a adoptar quanto à **participação dos Deputados nos debates a convite das Escolas, coordenando toda a acção que decorreu durante os meses de Dezembro de 2009, Janeiro e Fevereiro de 2010, com a presença de 275 Deputados em 267 Escolas das 285 que endereçaram convites, registando-se que 92% dos convites foram correspondidos, percentagem significativa comparativamente com os 74% que se registou na edição anterior (2008/2009) do Parlamento dos Jovens.**

Regista-se ainda, através do quadro-infra, elaborado pela EPJ, participação dos Deputados - ao longo das restantes fases: nas Sessões Distritais e Regionais e nas Sessões Nacionais.

| N.º de intervenções de Deputados | PS  | PSD | CDS-PP | BE | PCP | PEV | Totais |
|----------------------------------|-----|-----|--------|----|-----|-----|--------|
| Debates nas Escolas              | 115 | 86  | 29     | 18 | 22  | 5   | 275    |
| Sessões Distritais/Reg           | 17  | 15  | 3      | 3  | 2   | -   | 40     |
| Sessões Nacionais                | 6   | 6   | 4      | 4  | 4   | 2   | 26     |

#### **4. Balanço do Programa**

##### **4.1 Apreciações e Recomendações da Equipa de Coordenação Parlamento dos Jovens**



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### Comissão de Educação e Ciência

A equipa de Coordenação do Parlamento elaborou Relatório sobre a Execução do Programa Parlamento dos Jovens em 2009/2010, de onde se extraiu as seguintes notas:

- a) A expressiva participação das Escolas, que se traduziu num aumento de 83 Escolas;
- b) O reduzido número de desistências – apenas 2 Escolas não chegaram à 2.ª Fase: Sessão Distrital/Regional;
- c) O número de debates realizados nas Escolas, registando-se o aumento de:  
Convites (**221** em 2008/**285** em 2009);
  - i. Realizados (**165** em 2008/**267** em 2009);
  - ii. Participação de Deputados (**171** em 2008/ **275** em 2009).
- d) A grande disponibilidade por parte dos Deputados, designadamente da Comissão de Educação, do Presidente e assessores;
- e) A excelente colaboração e empenho das Entidades Parceiras (DRE e IPJ) e Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, no caso do Euroscola;
- f) O reconhecimento por parte das Escolas, nomeadamente dos professores, do interesse do programa para o desenvolvimento das competências dos jovens e educação cívica;
- g) O empenho, o apoio e a colaboração eficaz dos colegas da Equipa e dos diversos serviços da AR, os últimos designadamente nas duas últimas fases do programa – Sessões Distritais e Sessões Nacionais;

A EPJ levou a apreciação, no dia 22 de Junho de 2010, à Comissão de Educação e Ciência um conjunto de **Propostas/Iniciativas a desenvolver e concretizar na Próxima Edição – 2010/2011, por parte da EPJ**, de onde se destaca o seguinte:

- a) “ A divulgação por parte do Ministério da Educação do calendário para o próximo ano lectivo, que é habitual ser feita durante o mês de Julho, é essencial para a calendarização das datas relativas às várias fases do programa para 2010/2011.”
- b) “A Coordenação estabeleceu já o habitual contacto com o Gabinete da Senhora Ministra da Educação, sensibilizando também o ME para a necessidade de evitar a coincidência de datas de testes de avaliação escolar com Sessões do programa.”



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### Comissão de Educação e Ciência

- c) “Proposta de alteração da data do início e do termo da inscrição das escolas: 1.ª etapa do programa - Após a reunião – já habitual no final dos trabalhos de cada edição -, que teve lugar no dia 14 de Junho, promovida pela Coordenadora da AR da Equipa do Parlamento dos Jovens, que contou com a presença dos representantes a nível nacional das Direcções Regionais de Educação e dos representantes das Direcções Regionais da Juventude, tendo por agenda a avaliação da execução do programa 2009/2010, as DRE e IPJ manifestaram-se no sentido da antecipação dos prazos a fixar para o início e termo das inscrições por parte das Escolas, sugerindo que deveriam decorrer entre o início de Julho e 15 de Outubro e ser acompanhadas desde logo com acções de divulgação, designadamente a disponibilização dos cartazes às Escolas.

Justificação da proposta: Porque as Escolas organizam o calendário escolar no início do mês de Julho, se a sensibilização e a divulgação do programa junto delas forem antecipadas, vai permitir que as acções a desenvolver no âmbito do programa seja prevista na carga horária dos professores e ainda uma melhor interiorização do programa de forma alargada por toda a comunidade escolar, incluindo-o na componente não lectiva dos professores, criando-se assim as condições para melhorar o acompanhamento dado, sobretudo na 1.ª fase (processo eleitoral e sessão escolar) e contribuir para o rigor e qualidade dos trabalhos. “

Depara-se-nos apenas uma dificuldade de cariz informático, que segundo o relatório “poderá ser impeditiva da sua concretização e que resulta da base de dados, que faz a gestão global do programa em cada edição, ter de ser alvo de intervenção para introdução dos novos códigos GEPE (Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação) das escolas, o que só está programado ser feito em Agosto, conforme informação dada pelo CIC/RP, serviço da AR que apoia a EPJ nesta matéria. Assim sendo, a antecipação da data das inscrições, desejada pelas entidades parceiras, poderá não se afigurar viável de imediato. “

Da já referida reunião, resultaram também **sugestões de alteração às regras de comunicação das deliberações e das disposições finais da Sessão Escolar e da agenda de trabalhos da Sessão Distrital:**

Proposta:



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

**Comissão de Educação e Ciência**

- a) “O Professor Coordenador deve cumprir integralmente todas as etapas que antecedem a realização da sessão escolar”.
- b) “O prazo de envio de envio das informações à AR passa a ser de 48 horas.”
- c) “No relatório passa a constar também mais um item:  
“Impacto na comunidade escolar no âmbito da educação e formação para a cidadania”.
- d) “ O não cumprimento de alguma das regras constantes no Regulamento da Sessão Escolar implica a exclusão da escola do programa”.
- e) “O período de perguntas ao Deputado da AR, com o tempo máximo de uma hora, deve deixar de constar da agenda da sessão distrital.”

**Justificação:**

- a) “Revela-se ser fundamental que os professores acompanhem todos os actos e formalidades que antecedem a sessão escolar, nomeadamente no que respeita à organização do processo eleitoral, no sentido de dissipar irregularidades que não devem ocorrer, nem são desejáveis no âmbito de um programa onde se preza a qualidade e o rigor.”
- b) “O prazo de 24 horas, após a sessão escolar para envio dos resultados à AR, tem sido considerado pela maior parte dos professores coordenadores muito reduzido.”
- c) “A avaliação do impacto do programa, trata-se de um item importante para a melhoria do cumprimento dos objectivos do programa.”
- d) “Melhoria da qualidade por via de maior exigência no âmbito da avaliação pedagógica (competência dos Coordenadores das DRE), no final da 1.ª fase do programa, que conduz à selecção pela qualidade das escolas participantes. “
- e) “A sessão distrital, na maior parte dos distritos, conta a participação de um número de escolas cada vez mais elevado, exigindo por isso uma metodologia na condução dos trabalhos que seja compatível com a intervenção de todos os jovens participantes para defesa dos respectivos projectos, o que só é possível com ajustamentos à agenda, nomeadamente reduzindo os tempos da cerimónia de abertura para 10m e eliminando o período de perguntas ao Deputado (que é de 1hora).





## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### Comissão de Educação e Ciência

**O Deputado da AR já responde a perguntas no âmbito dos debates em que participa nas escolas, parece ser dispensável que o faça também na sessão distrital, na qual deve manter-se a sua intervenção na cerimónia de abertura e na presidência da sessão, dirigindo os trabalhos durante a mesma. “**

#### **Participação das Escolas do círculo da Europa e Fora da Europa**

Renovando-se a proposta contida no documento apresentado em 2009 à Comissão, que teve por base a experiência até então colhida, constata-se novamente a necessidade de incentivar a participação de Escolas destes círculos.

Mas não estando ainda definida regra sobre a selecção de uma Escola, no caso de existirem várias candidaturas nestes círculos, e considerando o aumento substancial de encargos financeiros que resultaria da realização de uma sessão intermédia para esse efeito, alargada a todas as Escolas candidatas, a **EPJ propõe que a Comissão solicite à Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas a designação de entidade vocacionada para essa selecção, garantindo-se assim a participação na Sessão Nacional de uma Escola de cada um dos círculos.**

**Publicidade do programa PJ:** procura de parcerias que contribuam para uma divulgação que corresponda ao interesse dos jovens.

O objectivo anunciado, aquando do início da passada edição do PJ, de proporcionar, através do site do Parlamento, outras formas de comunicação entre os jovens e entre estes e a comunidade, está prestes a ser atingido. **Vai ser possível disponibilizar um espaço de comunicação e fluxo de ideias, notícias e imagens, através de um fórum que pode ser aberto próximo da data que for aprovada para o início das inscrições na edição – 2010/2011.**

Uma outra iniciativa direccionada para ampliar a divulgação das acções do programa **prende-se com a sensibilização da direcção do Parlamento Global ou outra entidade da comunicação social para o estabelecimento de uma parceria no sentido de todos os acontecimentos que se vão sucedendo no decorrer de cada edição do programa Parlamento dos Jovens, serem alvo de notícia a nível nacional.**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

**Temas para a edição 2010/2011:**

As **propostas de temas** para a próxima edição do PJ, aprovadas pelos jovens nas Sessões Distritais/Regionais – Básico e Secundário, constam do quadro infra e submeteram-se à apreciação e deliberação da Comissão, destacando-se “Bullying – violência em meio escolar” no Básico, aprovado em várias sessões distritais, e no Secundário – A Justiça/A Justiça em Portugal; Que futuro para a Educação, pela importância e actualidade.

**Propostas de temas para 2011, aprovadas nas Sessões Distritais/Regionais de 2010:**

| Temas          | Básico   | Secundário                                      |
|----------------|--|---|
| Açores         | Bullying nas escolas e na comunidade               | Os jovens e o primeiro emprego                  |
| Aveiro         | Violência na escola                                | Uma sociedade de igualdade entre ricos e pobres |
| Beja           | Bullying   | Segurança                                       |
| Braga          | Violência em meio escolar - Bullying               | Desenvolvimento Sustentável                     |
| Bragança       | Alteração ao currículo nas áreas não disciplinares | A Pobreza Humana                                |
| Castelo Branco | Vícios na Adolescência                             | Política e Religião                             |
| Coimbra        | Eutanásia  | A Justiça em Portugal                           |
| Évora          | Bullying   | Alterações climáticas                           |
| Faro           | Bullying   | A Justiça                                       |
| Fora da Europa | Bullying   | Saúde pública                                   |
| Guarda         | Internet, virtudes e perigos                       | Os Jovens enquanto Motores de Desenvolvimento   |



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

**Comissão de Educação e Ciência**

|                         |   |   |
|-------------------------|---|---|
| <b>Leiria</b>           | A Escola do século XXI-inovação e novos desafios      | Portugal aos Olhos do Mundo   |
| <b>Lisboa</b>           | Bullying – violência em meio escolar                  | O Sistema de Ensino   |
| <b>Madeira</b>          | A violência na adolescência                           | Problemas Ambientais  |
| <b>Portalegre</b>       | Bullying  | A Gravidez na Adolescência  |
| <b>Porto</b>            | Bullying  | Competitividade de Portugal num Mundo Globalizado   |
| <b>Santarém</b>         | Bullying e discriminação                              | Ensino Superior   |
| <b>Setúbal</b>          | Toxicodependência e consumo de drogas em meio escolar | Situação socioeconómico do País e da EU no que se refere aos jovens e a estabilidade no emprego |
| <b>Viana do Castelo</b> | Dependências: drogas, álcool, jogos e internet        | A Adopção Homossexual   |
| <b>Vila Real</b>        | O problema do desemprego em Portugal                  | Eutanásia   |
| <b>Viseu</b>            | Bullying na Escola                                    | Que futuro para a Educação?   |

**Em relação aos temas para a edição 2010-2011, foram seleccionados pela Comissão de Educação e Ciência, por unanimidade, os seguintes:**

- (i) «Violência em meio escolar» para o Ensino Básico; e**
- (ii) «Que Futuro para a Educação» para o Ensino Secundário.**

#### **4.2 Avaliação da Edição 2009/2010 pela Consultora, Dr<sup>a</sup> Julieta Sampaio**

Na sua opinião, sobre a questão da divulgação do projecto, entende que o Site da Assembleia da República revela-se actualmente insuficiente. Considera que é necessário “apostar noutras formas de divulgação, com recurso a redes sociais ou mesmo à RTP. “



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### Comissão de Educação e Ciência

Sobre o **lançamento do Projecto nas Escolas, entende que** “esta tem **funcionado de forma insuficiente**”. As propostas surgidas na reunião com os parceiros “apontaram para um alargamento do prazo, no início, em prejuízo do encerramento, que passaria para 15 de Outubro. As equipas de apoio às escolas, fundamentais nesta dinâmica, defendem que este prazo seja a meio de Outubro, para permitir que o debate e estudo do tema se inicie mais cedo e assim se possa alargar o universo de alunos em participação. O ideal seria que o Parlamento Jovem se envolvesse em toda a escola e esta o sentisse, mas nem sempre é assim, e por vezes o projecto fica entregue a um professor, que o trabalha com um número limitado de alunos, os seus alunos.”

Salienta que “o ideal é que o projecto esteja na escola e esta o assuma nas vertentes cívicas e pedagógicas de forma interdisciplinar. O Parlamento Jovem deve ser assumido pelo programa da escola e a esta cabe a responsabilidade de o dinamizar e rentabilizar”.

A **Sessão Escolar é a fase do programa que mais a preocupa**. No seu entender, esta por vezes, é “realizada apenas com o objectivo de cumprir uma norma”. Receia que não haja a necessária preparação inicial e que o número de listas seja fomentado pelo professor numa turma. Revela preocupação sobre o facto do universo do estudo do tema poder ficar demasiado reduzido no universo escolar. Receando que a “divulgação na escola, seja praticamente inexistente, ou seja o seu conhecimento reduzido á turma do Professor que assume o projecto”.

O ano passado, com esta preocupação em análise, a CEC decidiu que a Escola informasse a Equipa Coordenadora, sobre a data da realização da Sessão Escolar. Considera que foi um passo importante, mas sugere que se vá um pouco mais longe, ou seja que as Equipas de apoio às Escolas acompanhem, mais de perto, a preparação nesta fase, incluindo o universo de estudo e preparação e o conhecimento do percurso do projecto na escola. Entende que, Instituto Português da Juventude (IPJ), parceiro do projecto, “deve colaborar e empenhar-se na sua divulgação, mas sempre em ligação com as Equipas de apoio às Escolas. Esta coordenação é indispensável para garantir aos alunos da escola a igualdade de direito de participação, independentemente do Professor, que assume o projecto, por decisão da escola”.

Em nota final, **recomenda que a Equipa Coordenadora informe as Equipas de Apoio às Escolas, sobre as datas das Sessões de estudo**, realizadas com Deputados e que o Professor que assume coordenar o projecto na escola, dê conhecimento à



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### Comissão de Educação e Ciência

Equipa de Apoio à Escola do plano de trabalho, desta fase, até à realização da Sessão Escolar.

Sobre os **Projectos de Recomendação**, entende que é “uma problemática a exigir muita ponderação. O aumento de escolas tem sido um facto positivo nesta dinâmica. Mas em contradição com este, verifica-se uma diminuição na qualidade do documento, Recomendação, que deve traduzir o que se adquiriu no estudo, na pesquisa e no debate, na fase de preparação. Tem sido, a um tempo a esta parte, um trabalho excessivo, por parte das Coordenações das Direcções Regionais de Educação (DREs) e da EPJ, as chamadas de atenção às escolas para correcção das irregularidades dos trabalhos.

A elaboração da Recomendação está regulamentada. Parece-nos que o não cumprimento de qualquer das regras devia ter como penalização a exclusão.” Considera que para além da regulamentação existente, há que “apostar numa avaliação pedagógica, da responsabilidade das DREs, orientada por critérios previamente definidos, tais como, por exemplo: cumprimento de prazos, universo de participação, abordagem ao tema, Projecto de Recomendação (cumprimento de normas estabelecidas, conteúdos, formatação e redacção), apresentação final do trabalho e o relatório do Professor coordenador.”

Afirma ainda que “ a actual avaliação dos trabalhos, da responsabilidade das DREs, parece-nos insuficiente o que se comprova com a dificuldade de eliminar, com o recurso constante a pedidos de correcção, que por vezes se repetem sucessivamente com a mesma escola, com um acréscimo de trabalho desnecessário. Reconhecemos que estamos a solicitar às DREs um papel difícil e complexo, por isso é necessário dar-lhes meios regulamentares para essa função, porque esta será, em nosso entender, o começo para a aposta na qualidade”.

No seu entender, o “Relatório do Professor tem que informar concretamente sobre as fases iniciais do projecto na escola e neste deve estar o planeamento que enviaram às Equipas de Apoio às Escolas. A qualidade só poderá ser um objectivo a concretizar com união de esforços dos Parceiros, ME e IPJ, que estão na dinâmica inicial”.

Sobre as **Sessões Distritais**, considera que as mesmas “ são um fórum de importante debate, essencialmente para os jovens, que não têm acesso à Sessão Nacional. O crescimento de escolas que participam, que saudamos, por reconhecermos, que há cada vez mais apetência dos jovens para a participação cívica,



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### Comissão de Educação e Ciência

tornou evidente que é necessário ponderar um novo enquadramento e eventualmente reajuste na regulamentação.”

Enumera, assim, os seguintes constrangimentos:

- a) “É impraticável realizar uma sessão com 43 escolas, cento e vinte e seis jovens, com uma exigente OT;
- b) Os jovens, em distritos como Braga, Porto, Viana do castelo e Viseu, vêm de outros concelhos, com dificuldades de transportes e não chegam á hora marcada;
- c) A Sessão de abertura, mesmo com limites de tempo aos convidados, é sempre superior a trinta minutos;
- d) O PAOD, com tempo regimental, ocupa uma parte importante da manhã;
- e) O tempo regimental de debate é pouco, face às expectativas criadas aos jovens;
- f) O intervalo de almoço nunca é cumprido, porque o almoço é quase sempre noutra edifício;
- g) Os Jovens deslocam-se de suas residências para a escola no transporte escolar. Para a Sessão distrital o transporte é outro. No fim do dia o percurso é idêntico. Os jovens têm que se dirigir à escola para regressarem a casa no transporte escolar. Grande parte dos alunos sai, por volta das 17h00, o que os impede de participar na votação para a eleição da sua Escola à Sessão Nacional e nas fases seguintes da OT;
- h) A partir de meio da tarde os jovens, como é natural, mostram cansaço e irritabilidade, sendo mais complicada a condução dos trabalhos; É pedagógico uma Sessão distrital terminar depois da 20H00? “
- i) Recebeu, como Consultora, mensagens de muitos Professores, referentes à necessidade de alterar o modelo das Sessões distritais. Revelando sensibilidade face a esta preocupação dos Professores. Compreendendo que “os jovens, cujas escolas não são eleitas, saiam frustrados. Compreendo a desilusão dos professores e compreendo as críticas.”
- j) Segundo a sua análise, a “solução destes problemas, passa necessariamente, pela aposta na qualidade. Uma preocupação sentida por todos os intervenientes com responsabilidades nas várias fases. “

**Assim, recomenda a Consultora à CEC as seguintes sugestões, para ponderação:**



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### Comissão de Educação e Ciência

- a) “Programar um número máximo de escolas para as Sessões distritais?
- b) Alterar o modelo de Sessão, optando por uma OT que dê uma nova dimensão ao debate da Sessão?
- c) Optar por eliminar a abertura e o PAOD, no modelo de perguntas, ficando este restrito a uma exposição do Deputado sobre o Órgão de Soberania, Assembleia da República?
- d) Algumas escolas sugerem soluções que nos parecem pouco exequíveis, como sessões concelhias, ou mesmo dois dias de Sessão, o que aumentaria os custos do projecto, em tempos de contenção.”
- e) Sobre a Sessão Nacional, considera que existe um “registo positivo, boa organização, na preparação das Comissões e das Sessões” e que a “aposta cultural iniciada no ano passado merece o nosso melhor apoio”.
- f) Acerca da participação dos Deputados, a sua apreciação é a seguinte: “ é necessária “uma grande articulação com a deslocação dos Deputados, quer às Sessões Distritais, quer a reuniões. Se há qualquer falha a crítica é implacável e nos meios mais pequenos tem uma dimensão ainda maior”.

#### **4.1 Recomendações/Contributos dos Deputados da Comissão de Educação e Ciência**

Concluídas as diversas fases do Programa Parlamento dos Jovens para esta sessão de 2009 / 2010, é necessário elaborar uma avaliação sobre este Projecto.

Assim sendo, a Relatora recolheu formal e informalmente a apreciação crítica dos parlamentares que acompanharam de perto esta iniciativa parlamentar.

Importa referir, desde logo, que há uma nota comum à generalidade dos Deputados que acompanharam a iniciativa: “o entusiasmo, e o interesse dos alunos, e das escolas” em relação à actividade dos parlamentares e ao próprio funcionamento da Assembleia da República. Regista-se também por parte dos professores uma forte dinamização para participação cívica dos jovens. Considerando-se estes, factores determinantes para o crescente aumento de estabelecimentos de ensino que ano após ano se inscrevem neste projecto de reconhecido valor cívico.

Depois de analisados os Relatórios apresentados pela EPJ e pela Consultora do Programa, na reunião de dia 22 de Junho de 2010, na Comissão de Educação e Ciência, os Deputados, de todas as bancadas parlamentares, foram unânimes na valorização do



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

trabalho notável que vem sendo desenvolvido por todos os intervenientes neste projecto.

Agradeceram todas sugestões apresentadas, concordando com as mesmas, contudo, a **Deputada Rita Rato (PCP)** revelou discordância sobre Proposta apresentada pela EPJ de eliminar do período de perguntas ao Deputado na Sessão Distrital e entende que, na referida sessão, o período de debate entre as escolas é insuficiente.

Segundo **a Deputada Rosalina Martins (PS)**, é necessário que na Sessão Nacional sejam distribuídos, pelo menos, três deputados para participarem nas Comissões. Sendo dois efectivos e um Suplente, para o caso de existir algum impedimento por parte de um Deputado para conduzir os trabalhos das referidas Comissões da Sessão Nacional

**O Deputado Bravo Nico** entende que as escolas deverão submeter, electronicamente, ao Parlamento, a sua vontade de ter um deputado na sua sessão de escola, evitando, dessa forma, o contacto pessoal e informal entre escolas e parlamentares. Através desse procedimento, segundo o Deputado, seria possível à CEC fazer a gestão global das participações de todos os parlamentares nas sessões de escola, sendo mais fácil a distribuição criteriosa dos Deputados pelas diferentes sessões e Distritos. Esta proposta surge na sequência das experiências anteriores e pretende evitar ser uma fonte de potencial conflito político entre os parlamentares.

**A Deputada Sofia Cabral** (Relatora), concorda globalmente com as sugestões apresentadas pelos seus colegas parlamentares e pela EPJ, exceptuando a questão da eventual eliminação do Período de Perguntas ao Deputado na Sessão Distrital. Ao invés disso, sugere que cada escola apresente apenas uma pergunta ao Deputado, evitando assim um largo período nesse ponto da ordem de trabalhos da sessão distrital.

Sobre o Período Antes da Ordem do Dia da Sessão Nacional, nas Perguntas aos Deputados, sugere que cada Comissão escolha apenas uma Pergunta, que será a mesma para todos parlamentares, ainda que com menor tempo de resposta que actualmente.





**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

**Comissão de Educação e Ciência**

**5. Conclusões**

Face ao exposto, a Relatora sugere que a Comissão Parlamentar de Educação e Ciência conclua o seguinte:

- a) O envolvimento, o interesse e o entusiasmo dos jovens e de toda a comunidade educativa neste Projecto, no próprio funcionamento da Assembleia da República e no trabalho desenvolvido pelos Parlamentares são crescentes; tendo sido testemunhado directamente pelos Senhores Deputados que prestaram a sua colaboração ao longo das três fases do Programa;
- b) Seria útil incorporar, já na próxima edição, as observações e sugestões apresentadas pelos Deputados e Relatora, bem como as apresentadas pela EPJ e pela Consultora;
- c) A realização do Programa Parlamento dos Jovens, edição de 2009/2010 merece um balanço muito positivo, destacando-se, para tal êxito, a excelente colaboração e trabalho desenvolvido pelas Entidades Parceiras do Projecto (DREs, IPJ, Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal);
- d) O sucesso alcançado por este programa, merece o reconhecimento público, pelo trabalho notável e sentido de missão, de todos os que fizeram e fazem parte da Equipa de Coordenação do Parlamento dos Jovens, com especial destaque para a Dr.ª Maria José Afonso e a Dr.ª Julieta Sampaio;

De igual modo, é devido um agradecimento especial à assessoria e ao secretariado da Comissão de Educação e Ciência, por todo o apoio e disponibilidade manifestados ao longo das diversas fases desta iniciativa parlamentar.



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

**Comissão de Educação e Ciência**

- e) A Comissão de Educação e Ciência dedica ainda um agradecimento muito especial a todos os Deputados, membros desta e de outras Comissões Parlamentares, pela sua participação ao longo do desenvolvimento do Programa.

Assembleia da República, 13 de Julho de 2010

A Deputada Relatora,

Sofia Cabral

Em Anexo:

- **ANEXO I:** Recomendações Básico
- **ANEXO II:** Recomendações Secundário



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

**Comissão de Educação e Ciência**



**SESSÃO NACIONAL, 24 e 25 DE Maio de 2010**

**Educação Sexual**

---

**Recomendação à Assembleia da República**

*Aprovada na Sessão Plenária em 25 de Maio de 2010*

**Os deputados à Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens/Básico recomendam à Assembleia da República a adopção das seguintes medidas:**

1. Existência de um gabinete fixo ou móvel de atendimento aos jovens, orientado por alguém especializado na área, com os objectivos de informar e clarificar dúvidas, efectuar rastreios e distribuir contraceptivos.
2. Funcionamento de um gabinete multidisciplinar de apoio ao aluno, constituído por um grupo organizador e coordenador de um plano promotor de educação sexual constituído por Professores, Coordenador(a) da Educação para a Saúde, Psicólogo(a), de acordo com a especificidade de cada situação.
3. Organização de palestras e actividades ao longo do ano lectivo, para a promoção da saúde, de modo a mudar mentalidades, não só de alunos mas também dos intervenientes na sua educação (pais, professores, etc.), com a sua formação.
4. Sugerir às escolas a criação de *ateliers*/oficina (já existentes) mas com o tema “a educação sexual”, que pretende dinamizar múltiplas actividades, entre as quais: organização de campanhas de sensibilização, promoção de espectáculos sobre o tema, palestras orientadas por especialistas nesta área, visitas de estudo a centros de saúde e acolhimento, criação de *blogs* e artigos para o jornal da escola.



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

**Comissão de Educação e Ciência**



**SESSÃO NACIONAL, 24 e 25 DE Maio de 2010**

**Educação Sexual**

---

5. Abordagem pedagógica de temas da sexualidade humana, feita em contextos curriculares, mas em áreas não disciplinares (Área de Projecto de Formação Cívica), rotativas (a nível do ano lectivo), privilegiando o espaço turma e as diferentes necessidades dos jovens.
6. Garantir o direito de cada aluno em aceitar ou recusar a educação sexual apresentada pelas escolas.
7. Intercâmbio entre escolas para partilha de experiências/informações, incluindo debates e um concurso intitulado “Sexualidade Segura”, com espectáculos de expressão corporal, sendo o prémio a gravação de um anúncio com uma figura pública, apelando a uma sexualidade consciente e saudável.
8. Implementação de um programa regional subordinado à temática adolescência/sexualidade, envolvendo sessões de esclarecimento para pais/encarregados de educação e filhos/educandos.
9. Implementação do Dia Nacional da Sexualidade Juvenil, com o objectivo de interagir com a sociedade, alertando e sensibilizando jovens e adultos para esta questão. Para o efeito, criaríamos um encontro de jovens a nível regional, no qual existiriam bancas, *workshops* e palestras. O Dia seria o mesmo a nível nacional, mas num dia diferente do dia de combate à SIDA, 1 de Dezembro.

Os Membros da Mesa,

*Presidente (Joana Vivas)*

*Vice-Presidente (Marta Neves)*

*1.º Secretário (Carlos Domingues)*

*2.º Secretária (Telma Casaca)*



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

**Comissão de Educação e Ciência**



**SESSÃO NACIONAL, 26 E 27 DE ABRIL 2010**

**A República**

---

**Recomendação à Assembleia da República**

*Aprovada na Sessão Plenária em 27 de Abril de 2010*

**Os deputados à Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens/Secundário recomendam à Assembleia da República a adopção das seguintes medidas:**

1. Combater a actual tendência de distanciamento da escola face à sociedade, através do incentivo e valorização de actos cívicos dos alunos: enriquecendo programas curriculares com referências à sociedade e certificando a participação em actividades voluntárias e extracurriculares, de forma a valorizar o seu currículo.
2. Criação em todas as escolas públicas portuguesas de um banco de livros/material escolar variado, para que alunos que transitem de ano deem os livros/material escolar variado, se assim o desejarem, para futura utilização de outros alunos. No final do ano lectivo, e por conseguinte da análise do material utilizado (livros), se o referido material estiver em mau estado a caução será completamente suportada pelo infractor (aluno).
3. Alteração nos métodos de educação para a cidadania. Alterações a nível da disciplina de Formação Cívica com o propósito de tornar esta disciplina um verdadeiro instrumento de formação de um cidadão activo, de um cidadão interessado pela causa pública, um cidadão interventivo. As aulas de Formação Cívica seriam alargadas ao ensino primário e secundário e leccionadas por professores especializados neste tipo de aulas, no sentido de promover aulas dinâmicas de discussão de problemas comuns e fomentar o interesse nos jovens. Estas aulas deveriam usar estratégias de



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### Comissão de Educação e Ciência



SESSÃO NACIONAL, 26 E 27 DE ABRIL 2010

#### A República

---

leccionação dinâmica, que levassem os alunos a agirem. A Formação Cívica seria uma ferramenta para criar cidadãos conscientes das suas orientações políticas, ideológicas e partidárias.

4. Instituição e regulação de um regime de serviço comunitário regular para os candidatos ao ensino superior, prevendo nomeadamente um desconto no pagamento das propinas proporcional ao seu exercício, tal como acontece noutros países europeus.
5. Considerando os direitos de igualdade representativos da Primeira República, propomos a fiscalização da existência de acessibilidade para todos os eleitores, nomeadamente para os portadores de deficiência motora, assim como a existência de votos em Braille. Defendemos ainda a obrigatoriedade da inclusão da língua gestual nos períodos de tempo de antena emitidos nas televisões.
6. Garantir a realização efectiva de uma consulta popular, no sentido da criação de regiões administrativas no espaço continental de Portugal, de forma a permitir uma maior descentralização do poder e o desenvolvimento harmonioso das regiões.
7. Distribuição efectiva dos dinheiros destinados ao desenvolvimento estruturante do País, tendo em conta que o interior apresenta diferenças com regiões em que o PIB *per capita* é mais baixo, pelo que devem ter uma maior prioridade em relação ao Orçamento do Estado e ao QREN.
8. Para consolidar a participação política da população em geral, defendemos a criação de concelhos municipais e distritais, para os quais sejam convidados a participar todos



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

**Comissão de Educação e Ciência**



**SESSÃO NACIONAL, 26 E 27 DE ABRIL 2010**

**A República**

---

os cidadãos com mais de 18 anos. Inspirado na democracia ateniense, este modelo deve ser caracterizado por uma grande rotatividade dos participantes, assegurando assim a diversidade e hipotética qualidade das medidas apresentadas.

9. Com o objectivo de tornar a reintegração social e moral dos presidiários um processo melhor, mais rápido e mais eficaz, propomos que seja criada uma oferta, não obrigatória, de trabalho em prol da comunidade. Esta oferta deve estar disponível para todos os reclusos condenados por crimes de cariz não grave, factor a ser definido em julgamento. Os fundos gerados por esta mão-de-obra devem ser repartidos entre o presidiário e o estabelecimento em que ele se encontra. O dinheiro acumulado pelo presidiário ser-lhe-á entregue quando concluir a pena, oferecendo-lhe uma hipótese de reinserção social digna, diminuindo a probabilidade de reincidência no crime.
  
10. Os cidadãos que beneficiam do rendimento social de inserção (RSI) ou do subsídio de desemprego devem retribuir essas prestações à comunidade, através da realização de serviços que incluam um programa de actividades diversificadas, estimulando a ajuda comunitária.

Os Membros da Mesa,

*Presidente (Manuel Maia)*

*Vice-Presidente (Tiago Martins)*

*1.ª Secretária (Mafalda Galhofo)*

*2.ª Secretário (Alessandro Azevedo)*